



TRF-3 decide o que fazer com sistema de informática

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região vai decidir até terça-feira (22/3) se continua com a implantação do novo sistema de informática nos fóruns sob sua jurisdição ou se aborta a operação. A presidente do Tribunal, desembargadora Anna Maria Pimentel, vai analisar o parecer da Comissão de Informática para tomar a decisão.

Formada por cinco juízes, a Comissão de Informática do TRF-3 se reuniu no fim da tarde desta sexta-feira (18/3) para discutir as explicações da empresa contratada para implantar o sistema, a Computer Associates. Segundo o juiz **Márcio Mesquita**, a empresa sustenta que o principal problema foi causado pela falta de capacidade do computador central.

O juiz preferiu não falar sobre a possibilidade de punir a empresa. “Primeiro a presidência decidirá se continua ou não com a implantação do sistema. Somente depois disso é que serão levantadas outras questões”, afirmou. Mas sabe-se que se for constatada a culpa da empresa pelos problemas, ela poderá ser punida.

Desde 10 de janeiro, quando a Justiça Federal voltou a funcionar em São Paulo e Mato Grosso do Sul o novo sistema se transformou numa grande dor de cabeça para o Tribunal e num obstáculo ao trabalho de advogados. Por dois meses, eles reclamaram de demora na distribuição de processos e petições, mesmo nas questões urgentes, e da falta de dados sobre as ações nos computadores das Varas.

Pelo cronograma do Tribunal, a esta altura o novo sistema já estaria funcionando a toda velocidade, mas, de acordo com o juiz Mesquita, “por conta dos problemas apresentados, grande parte do Noroeste e Norte do estado de São Paulo ainda funciona com o sistema antigo”.

As falhas no sistema fizeram com que o TRF-3 suspendesse os prazos processuais em primeira instância por duas semanas em fevereiro. A medida atendeu a pedido da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Advogados de São Paulo.

Mas, segundo a OAB-SP, a dor de cabeça persiste. “A Justiça Federal parou há três meses, desde que houve mudança no sistema e, embora possamos divisar boa vontade da presidência do Tribunal em melhorar a informatização, o problema persiste ainda nesta sexta-feira (18/3), sem solução, e os transtornos continuam para os advogados”, afirmou a vice-presidente da entidade, Márcia Regina Machado Melaré.

Márcio Mesquita afirma que a situação pode ainda não ser a ideal, mas já melhorou bastante: “logo depois da implantação do sistema, por exemplo, para protocolar uma petição inicial o advogado podia ter de esperar por até 12 minutos. Mas agora esse tempo foi reduzido a sete segundos”, garante.

Advogados esperam ansiosamente o anúncio do caminho a ser tomado pela presidência do TRF-3 no começo da semana. Para quem já esperou por mais de dez dias para saber onde se encontrava um processo distribuído, o prazo pode ser considerado razoável.

Date Created

18/03/2005